



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8212 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

O CURRÍCULO PAULISTA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO: HEGEMONIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL E A IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SUZANO

Ingrid Costa Ribeiro Souza - Universidade Federal de São Paulo

O CURRÍCULO PAULISTA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO: HEGEMONIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL E A IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SUZANO

Em dezembro de 2017 foi aprovada a Base Curricular Comum Nacional (BNCC) pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com vinte votos a favor e apenas três contrários. A nova BNCC da educação infantil e ensino fundamental passou a ser o novo parâmetro para a construção dos currículos das redes de ensino no país. As discussões referentes à construção de uma base curricular única no país estão presentes desde a década de 1980 (BARREIROS, 2017), e a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), já indicava o estabelecimento de conteúdos mínimos para o ensino fundamental. Para Barreiros (2017), essa determinação fez com que o Ministério da Educação iniciasse um movimento para a construção dos referenciais, parâmetros e diretrizes curriculares em 1995.

Seguindo essa mesma perspectiva a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) estabeleceu no artigo 26, que os currículos da educação infantil, ensino fundamental e médio deveria ter uma base nacional comum, que seria complementada por cada sistema de ensino e estabelecimento escolar com uma parte diversificada. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) reafirmou como meta estabelecer e implantar por meio de um pacto interfederativo as diretrizes pedagógicas e a base curricular comum, com direitos e objetivos de aprendizagem para cada ano de ensino da educação básica.

É possível perceber nessa linha do tempo que o discurso da qualidade da educação estava entrelaçado à questão curricular desde a década de 1980, no trabalho encomendado do Grupo de Trabalho, GT Currículo, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), no ano de 2017, de autoria de Débora Barreiros é possível encontrar elementos para se pensar sobre os atores envolvidos em todo esse processo de construção da BNCC.

A partir da aprovação da BNCC no ano de 2017, o Ministério da Educação (MEC) iniciou um processo de renovação dos materiais curriculares, estabelecendo no ano de 2018 que municípios e Estados deveriam promover articulações para a implantação da BNCC em território nacional. Com base nessa prerrogativa, a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo iniciou no ano de 2018 com a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo (Undime – SP), a elaboração do Currículo Paulista, que posteriormente foi

aderido por grande parte dos municípios do Estado.

Após a construção desse currículo, foi estabelecido que os municípios que não possuíam sistema próprio de supervisão seriam obrigados a aderir ao Currículo Paulista, e os demais municípios poderiam aderir ao Currículo e usufruir gratuitamente dos materiais didáticos elaborados pela rede estadual de ensino, bem como ter acesso à formação de profissionais da educação pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Efape) e ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) de forma gratuita.

No mês de janeiro de 2020, um total de 621 municípios dos 645 existentes no Estado haviam feito a adesão ao Currículo Paulista. Diante dessa expressiva adesão é necessário questionar: Quais as motivações políticas e educacionais para uma aceitação em larga escala de um programa de unificação curricular, que não foi realizado com a participação da equipe escolar e da comunidade? Qual o impacto de uma política curricular abrangente que objetiva unificar currículos no Estado mais populoso do país? Quem são os atores envolvidos e quais são os interesses nesse processo de unificação curricular? Qual o custo das despesas oriundas com a implementação desse programa para o governo do Estado de São Paulo?

Essas são as principais questões que essa pesquisa pretende esclarecer, compreendendo que a educação é um campo de disputa ideológica, e, portanto, não está livre da disputa entre os poderes políticos e econômicos. Sendo assim, os cenários político e social serão de extrema importância na análise dessa política educacional. A influência da nova ordem neoliberal, bem como suas implicações na política educacional contribuirão para pensar sobre as motivações para a implementação do Currículo Paulista em São Paulo.

Dessa forma pensar sobre as questões educacionais no âmbito das políticas públicas estabelecidas e das políticas curriculares, pode vislumbrar uma reflexão qualificada sobre o cenário da educação brasileira e sobretudo do Estado de São Paulo, que permanece sendo gerido pelo mesmo partido político desde 1995.

Um fator preponderante nessas novas teorias curriculares e na administração escolar é a questão da aprendizagem, que segundo Biesta (2020) passa a ser determinante no discurso mundial sobre a educação, como elemento essencial a vida no mundo neoliberal. O discurso do direito à educação passou a ser substituído pelo direito à aprendizagem, sendo responsabilidade direta dos indivíduos e se estendendo até a vida adulta, em um processo contínuo de aprendizagem para a vida capitalista neoliberal.

Essa pesquisa enquadra-se na perspectiva qualitativa, adotou-se a pesquisa documental, utilizando como fontes o site e a página das redes sociais da Undime, objetivando compreender como se deu a participação dessa Associação nesse processo. E uma pesquisa bibliográfica da produção acadêmica sobre currículo, hegemonia, neoliberalismo, gestão escolar e educação libertária.

Para compreender as motivações para a adesão ao Currículo Paulista, pelos municípios do Estado de São Paulo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, que serão enviadas por e-mail para os secretários municipais de educação e para os responsáveis pela implementação do Currículo Paulista nos municípios, bem como para os secretários que optaram por não aderir ao Currículo Estadual. Serão entrevistados também um representante da SEE/SP e um da Escola de Formação de Professores e a Presidente da Undime durante o período de adesão ao Currículo Paulista.

No estudo de caso do Município de Suzano, que analisará o processo de implementação da política curricular, serão entrevistados representantes da Secretaria

Municipal de Educação, professores responsáveis pela formação de professores, gestores, coordenadores pedagógicos e professores da rede de ensino.

Os dados coletados nesta pesquisa serão analisados com o objetivo de esclarecer as motivações do governo estadual, dos Secretários Municipais de Educação e da Undime, para a criação de uma proposta de unificação curricular no Estado de São Paulo, e a influência dessa proposta nas redes municipais de ensino e no financiamento da educação do Estado.

Palavras-chave: Rede Estadual de Ensino. Currículo Paulista. Redes Municipais de Ensino do Estado de São Paulo. Hegemonia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 27 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> . Acesso em: 27 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 20 fev. 2020.

BARREIROS, Débora. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Sujeitos, Movimentos e Ações Políticas*. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT12_227.pdf . Acesso em fev. 2020.

GERT, Biesta. *Para além da aprendizagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SÃO PAULO. *Currículo Paulista*. Disponível em: http://www.undime-sp.org.br/wp-content/uploads/2019/pdf/curriculo_26_07.pdf . Acesso e, 27 fev. 2020.